



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **23 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 1 de março de 2011

A CRITICA Para se antecipar aos ataques, indústria mantém vigilância permanente.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA 30 anos em defesa da Zona Franca	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Manaus foi o 'El Dorado' do comércio varejista	4
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Chinês "amazonense" dedica a vida aos negócios na Zona Franca	6
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Junqueira destaca boa gestão	8
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Trajetória do executivo Marcílio Junqueira se confunde com a do modelo ZFM	9
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Indústria local gera mais da metade dos tributos federais na 2º região fiscal	11
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA É preciso articular órgãos da área de pesquisa	12
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Potencialidades ainda não foram aproveitadas	13
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Manaus está praticamente isolada, soluções deveriam ter sido para 'anteontem'	14
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Suframa poderia receber outra configuração	15
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA CBA e CT-PIM caminham a passos de cágado	16
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Incentivos fiscais têm cada vez menos peso	17
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA MCT investirá R\$ 80 milhões ao CBA, nem a Suframa sabe como irá acontecer	18
VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Após bloqueio de bens, Suframa vistoria 'tapa-buracos'	19
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Novo PPB de motocicletas quer reduzir as importações de peças	20
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Demanda doméstica será robusta ainda este ano	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PASTAS NÃO SABEM QUE DESPESAS SERÃO CORTADAS	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA SUFRAMA GARANTE QUE TRABALHOS DE TAPA-BURACO SEGUEM CRONOGRAMA APESAR DAS CHUVAS.....	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	

ASSESSORIA MDIC	
Fevereiro termina com saldo positivo de US\$ 1,199 bilhão	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
COMÉRCIO E INDÚSTRIA LEVAM INCERTEZA AO PIB	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS	
SUFRAMA GARANTE QUE TRABALHOS DE TAPA-BURACO SEGUEM CRONOGRAMA APESAR DAS CHUVAS.....	27
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZÔNIA - BELEM - PA	
Dilma anuncia mais cortes ao Orçamento; RO já perdeu R\$ 34,4 milhões e AC R\$ 105	28
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Para se antecipar aos ataques, indústria mantém vigilância permanente		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

No âmbito do Executivo, existem 11 medidas relacionadas à Zona Franca de Manaus.

Antonio Paulo

Raimundo Noronha é advogado, especialista em legislação de incentivos fiscais e em Zona Franca de Manaus (Foto: **Reprodução**)

Nesses 44 anos de Zona Franca de Manaus, o modelo tem sofrido ataques de todos os lados, enfraquecendo seu poder de competitividade em relação aos mercados situados principalmente no Sudeste e Sul do País.

Os “bombardeios” da indústria nacional, contrária à ZFM, são canalizados por meio do Congresso Nacional, Governo Federal e Poder Judiciário. São projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, medidas provisórias, decretos presidenciais, portarias interministeriais e ações na Justiça que visam tirar as vantagens comparativas instituídas pelo Decreto-Lei 288/87 e pelas leis que salvagam o modelo industrial amazonense.

O último levantamento da Federação e Centro das Indústrias do Amazonas (Fieam/ Cieam) revela que há 35 proposições tramitando no Legislativo federal, sendo que 18 estão no Senado e 17 tramitam na Câmara dos Deputados.

No âmbito do Executivo, existem 11 medidas relacionadas à Zona Franca de Manaus. Cansada de “correr atrás do prejuízo” para corrigir decisões depois de terem sido tomadas pelos Três Poderes, as entidades empresariais do Polo Industrial de Manaus (PIM), há quatro anos, resolveram agir de forma diferente, criando um posto avançado na capital do Brasil, o centro do poder.

Para a missão, escalaram dois profissionais, com conhecimento dos problemas e das demandas das indústrias, para monitorar, intervir, articular técnica e politicamente: o engenheiro eletricista (ex-diretor da Philco e Siemens), Saleh Hamdeh, e o advogado, especialista em legislação de incentivos fiscais e em Zona Franca de Manaus, Raimundo Noronha.

“Esse é um desejo antigo das classes empresariais do Amazonas que sempre quiseram ter um escritório em Brasília para estar mais presente nos acontecimentos, pois,

historicamente, a nossa atuação sempre foi mais defensiva, reativa e corretiva. O projeto principal é estar no dia-a-dia das discussões de política industrial, analisando os projetos de leis apresentados pelos parlamentares; as medidas do Governo e acompanhando o que acontece nos fóruns de competitividade. A postura agora é preventiva para nos antecipar aos acontecimentos e às ações que de alguma forma impactam no modelo industrial”, explica Saleh Hamdeh.

Radar da indústria

A ideia foi criar um sistema de radar para monitorar tudo o que acontece âmbito dos três poderes. “Era mais difícil agir depois que a medida tinha sido adotada do que se antecipar à discussão dela”, diz o representante da Fieam/Cieam em Brasília. Inaugurado em agosto de 2007, o “radar da indústria” conta com algumas vitórias por conta dessa antecipação.

Saleh destaca a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 98/2007, que esvazia o segmento de CD e DVD do PIM. Segundo ele, se não tivesse havido essa articulação entre setor empresarial, Governo do Estado e a bancada do Amazonas, seguramente tinha sido aprovada com apoio da base governista.

A proposta passou na Comissão Especial e quando ia ao plenário, a intervenção técnica do setor industrial e a articulação política da bancada amazonense barraram a medida.

“Hoje, está sobrestada. O texto encontra-se no Ministério da Fazenda, mas temos a informação de que o Governo é contrário à medida”, revela Saleh Hamdeh.

Atuação e vitórias no Judiciário

O advogado, nascido em Porto Velho quando aquele território ainda pertencia ao Amazonas, Raimundo Nonato Botelho Noronha, 70, vem defendendo a Zona Franca de Manaus desde 1980. Considerado um expert em incentivos fiscais, ele lembra das primeiras medidas que atentaram contra a ZFM, com destaque para a Lei 8.387/91.

“Foi o Amazonas quem primeiro produziu o telefone móvel (celular) no Brasil, assim como o primeiro microcomputador em linha industrial. Ao equiparar as nossas vantagens com o resto do País, tiraram a competitividade dos

produtos de informática que viessem a ser fabricados na **Zona Franca**”, diz.

Por outro lado, grandes causas judiciais que contrariavam o modelo foram vencidas. É o caso da Adin

2348/2000 em que o STF não deixou que o Governo modificasse as alíquotas do PIS/Pasep e Cofins. “Como represália, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, baixou o IPI de produtos fabricados fora da **ZFM** para 2%”.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO 30 anos em defesa da <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Torcedor do boi Caprichoso, apaixonado por peixe, o paulista Moacir Teberga Toledo, 61, está há três décadas em Manaus. Tanto tempo que já se considera “amazonense”.

Quando veio para cá o filho caçula tinha seis meses, mas os cinco netos são manauenses. Toledo vivenciou tempos bons e tempos difíceis na história da Zona Franca de Manaus (**ZFM**); ajudou a criar entidades de classe como o Sindicato da Indústria de Brinquedos, dirigiu o Sindicato da Indústria de Eletroeletrônicos (Sinaees), o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e também a Associação dos Produtores do Distrito Agropecuário.

Ex-diretor da Evadin, ele define a **ZFM** como “a peça mais **importante** da **Amazônia**”. Até com seus erros foram a sustentação”. Nos tempos em que a **ZFM** era qualificada como uma “indústria de maquiagem”, Toledo integrou um grupo de dirigentes empresariais que mostrava o lado real do modelo em feiras realizadas em Brasília e São Paulo.

Hoje, mesmo com o modelo consolidado, acredita que é preciso voltar à capital federal para convencer os congressistas que votarão a reforma tributária, de que é preciso manter as vantagens da **ZFM**.

“Todos nós sabemos que a questão de logística é a pior do Brasil e se não tivermos um diferencial fiscal isso pode ficar insustentável; não que a **ZFM** vá morrer, não tem mais como acabar como polo industrial, mas podemos sofrer revés que pode nos enfraquecer”, alerta.

Dificuldades

Lembrando fases cruciais porque passou o modelo, Toledo cita o contingenciamento das cotas de **importação** e os momentos que antecederam a implantação do Processo Produtivo Básico (**PPB**), “hoje um instrumento altamente salutar”. Entre os aspectos positivos da **ZFM** ele lista a criação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que é mantida com um percentual de arrecadação das indústrias.

No modelo o que o incomoda é saber que não conseguimos a interiorização do **desenvolvimento**. “Faltou política pública específica”, na avaliação dele, que cita

também o complicador gerado pelo contingenciamento das verbas da **Suframa**.

Questionado sobre o prazo de validade dos incentivos – até 2023 – ele retruca: “Você acha que isso acaba? Você acha que não vai ser prorrogado? Não acaba, não deveria e não vão deixar”. Após 37 anos de trabalho, Toledo deixou a Evadin em fevereiro do ano passado. No momento, dedica-se à consultoria.

“Eu quero me voltar a uma consultoria estratégica **regional**, não quero ficar somente na parte urbana de Manaus. Gostaria muito de fazer um trabalho de **desenvolvimento**, procurar investimento para produtos regionais com tecnologia”.


Atração inexplicável

Moacir Toledo não sabe explicar os motivos mas, desde criança, tinha interesse pela **Amazônia**. Na época de ginásio, participou do grupo de teatro da escola que montou a peça “**Amazônia** século 21”, mostrando as riquezas da região e a especulação internacional em torno dela.

Ele fazia o papel de um cientista. Toledo começou a carreira como office-boy aos 14 anos, depois exerceu funções administrativas e interessou-se por **comércio** exterior. Já como funcionário da Evadin, em São Paulo, foi mandado várias vezes a Manaus e acabou sendo confirmado como diretor residente da unidade local. Assim, pôde trazer a família, em 1982. Encontrou uma cidade “gostosa, aprazível, tranquila”. A tranquilidade diminuiu, como no resto do País.

Pioneirismo

A Evadin foi uma das pioneiras no **Distrito Industrial**, no polo eletroeletrônico, chegou a empregar 2,5 mil trabalhadores. Mas as crises ao longo dos anos foram encolhendo a empresa que hoje só produz modem para computadores e mantém em torno de 60 funcionários.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Manaus foi o 'El Dorado' do comércio varejista		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Milhares de pessoas vinha à cidade apenas para comprar

Abertura da economia aos produtos estrangeiros obrigou antigos importadores a reinventar modelos de negócios

Até o fim dos anos 80, a capital do **Amazonas** era conhecida pela efervescência do **comércio** central da cidade por conta da braço comercial da **Zona Franca**. Empresários que vivenciaram o período relembram como o turismo comercial da época movimentava a cidade.

É o caso do presidente das lojas Drugstore, Ismael Bicharra Filho. Descendente de libaneses, o antigo funcionário da Varig decidiu há 25 anos investir no setor comercial, abriu uma pequena drogaria e perfumaria de artigos **importados** que foi instalada no Tropical Hotel **Manaus**.

O local, cuja ocupação chegava a ser superior a 100%, hospedava muitos turistas que chegavam a **Manaus** atraídos pelo baixo preço das **mercadorias importadas**, compradas tanto para consumo próprio, quanto para revenda em suas cidades de origem. Com os negócios em franca ascensão, a família Bicharra abriu a segunda loja na Rua Guilherme Moreira, no Centro.

Investir neste ramo, segundo Ismael Bicharra, foi uma alternativa ao **comércio** de eletrônicos que era o alvo principal dos compradores. Os negócios se expandiram com outras lojas em vários pontos da cidade.

Os empresários locais realizavam feiras em outros Estados para divulgar seus produtos. A oportunidade rendeu à Drugstore a chance de abrir franquias **Brasil** afora, comercializando marcas até então desconhecidas que ainda hoje são sucesso de público.

“De tudo nós importávamos. Trabalhávamos no marketing desses produtos que se tornaram muito conhecidos”, disse o empresário. Com tempo, a empresa precisou se reinventar. A abertura da economia trouxe consequências imediatas no **comércio**.

O **Ministério** da Saúde impôs restrições para controlar a entrada dos produtos estrangeiros. “Todos os medicamentos, perfumarias que trazíamos sem dificuldades tinham que ter

tradução, etiqueta, inspeção de farmacêutico brasileiro, teste qualitativo. Ficou muito difícil o pequeno comerciante arcar com essas despesas extras”, disse o empresário.

Ramsons

No início da década de 80, o indiano Bhagwan Ramchand Mirpuri, chegou a **Manaus** para prestar serviço em uma empresa. A tradição comercial do oriental falou mais alto. Em 1985, o empresário viu em uma pequena estrutura na Rua Guilherme Moreira uma grande oportunidade para trabalhar com **importação**.

Montou sua primeira loja que trazia relógios e óculos de países como Estados Unidos, China e Índia. Nos cinco primeiros anos, começou a **importar** equipamentos eletrônicos e, mais tarde, bens de informática. À medida que os negócios cresciam, a Ramsons inaugurava na década de 90 mais quatro lojas no Centro. Bhagwan evita destaque na mídia.

E designou o gerente de novos negócios da rede, Marcelo Salum, para contar a história da empresa que hoje com 16 filiais em **Manaus**, se tornou uma grande rede varejista especializada em artigos eletrônicos e do lar.

O nome se originou da junção do sobrenome hindu Ramchand com a palavra inglesa "sons", que significa "filhos". Ou seja, "filhos de Ramchand". De acordo com Salum, a empresa tem planos de abrir mais seis lojas na cidade nos próximos cinco anos, além de expandi-las para outras regiões do País.

A Ramsons também possui uma **importadora** que revende seus produtos para lojas do interior do **Amazonas** e para estados como Roraima e Pará.

Adaptação aos novos tempos

A **importação**, que representava 100% dos negócios da Drugstore, hoje é apenas metade das operações da marca que está consolidada há 25 anos.


A abertura da economia permitiu a **importação** a partir de qualquer ponto do País, obrigando a **importadora** a se adaptar. Além das duas lojas no shopping Manauara e outra no **Amazonas** Shopping, há também uma revendedora de produtos para cabeleireiros profissionais.

A atividade principal da empresa dos Bicharra é voltada para uma distribuidora de produtos **importados**, que comercializa desde artigos para o lar, limpeza, higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, entre outros.

Atualmente, além de comprar das empresas do Polo Industrial de **Manaus**, a Ramsons, de Bhagwan Ramchand, está em constante busca por novidades, sobretudo com apelo tecnológico.

Os filhos do empresário viajam para feiras e exposições de tecnologia nos Estados Unidos, Panamá, China, Filipinas, Taiwan, entre outros países.

“Hoje, 50% do nosso mix de produtos são **importados**. Para uma empresa sobreviver assim como nós, tem que conquistar credibilidade no **mercado**. Durante o período da **Zona Franca** Comercial, várias lojas fecharam”, contou o gerente Marcelo Salum.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Chinês “amazonense” dedica a vida aos negócios na <u>Zona Franca</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

No auge do comércio da **ZFM**, a família tornou-se uma das mais tradicionais e a loja Oriente visitada por muita gente, incluindo personalidades como Zico, Renato Aragão e até presidentes.

Família de Antônio Pi acompanhou os melhores e piores momentos do modelo, e não troca **Manaus** por nada

Antônio Pi chegou ao **Brasil** de navio ao três meses de idade, vindo de Hong Kong. Sua família saiu da China para ficar bem longe do Comunismo. Depois de passar por São Paulo, o patriarca Pi Wukuo, falecido há quatro anos, descobriu que **Manaus** era “o lugar” para os negócios e para viver.

No auge do comércio da **Zona Franca** de **Manaus**, a família tornou-se uma das mais tradicionais e a loja Oriente visitada por muita gente, incluindo personalidades como Zico, Renato Aragão e até presidentes. “Muitas vezes tivemos que abrir a loja à meia-noite”, lembra Tony, como é conhecido pelos amigos.

Com a abertura das importações na década de 1990 e o declínio do comércio da **ZFM**, a Oriente lançou-se de forma mais decisiva em outros ramos e hoje está presente na representação brasileira de pneus chineses - o Triangle, no setor imobiliário, com a construtora e Incorporadora Oriente, e na piscicultura.

Antes disso, ainda nas décadas de 70 e 80, a família adentrou no segmento de injeção plástica e no setor agropecuário, com a plantação de seringueira e criação de gado, mas não houve êxito. Segundo Tony, depois do pai dele saber por um amigo do decreto nº 288/67, que criou a **ZFM**, e passar uma semana em **Manaus**, seo Pi não teve dúvidas. Ele deixou Sampa em 1968, onde tinha loja, restaurante e fábrica de movelaria, e rumou com a esposa Bi Wong Fun e os quatro filhos para a terra das oportunidades.

“Quando a gente chegou, **Manaus** tinha 270 mil habitantes e meu pai dizia que por todas as possibilidades que ele enxergava aqui a cidade iria ter cinco milhões de habitantes. Não sei se a gente vai demorar trinta, cinquanta anos para chegar a esse número, mas meu pai estava certo. A

cidade cresceu bastante e ainda vai crescer muito”, contou Tony.

“Ele dizia que aqui é o lugar, aqui é o futuro. E se perguntava como podia retribuir a esse povo que nos recebeu tão bem”, completou. O comércio livre de impostos, com variedade de produtos e preços muito mais em conta que no restante do País atraiu milhares de brasileiros para fazer compras e trabalhar em **Manaus**.

Esse início da consolidação da **ZFM**, que começou com o comércio, teve uma expressiva participação da Oriente, que pela origem da família e experiência no comércio exterior contribuiu com o empresariado na forma de importar e de como fechar câmbio, por exemplo.

A primeira loja da família ficava na rua Guilherme Moreira, e, logo depois, vieram as filiais nas ruas Marcílio Dias e Dr. Moreira, Centro. Nos espaços se vendia de tudo, de óculos Ray Ban, passando por eletrônicos, máquinas fotográficas profissionais, relógios, marfim, jade e até equipamentos de golfe.

Pi diz que hoje o comércio não existe, é apenas local, mas ele foi o pilar para a consolidação da **ZFM**. Ele lembra que a **ZFM** se tornou algo tão grande que o Governo teve de contingenciar as importações, surgindo as cotas. E mesmo assim, a Oriente era uma das três empresas que mais importavam. A Moto Importadora liderava o ranking.

Trabalho silencioso nos bastidores

Mesmo sem ser visto pela maioria das pessoas, Antônio Pi trabalha há muitos anos na política e economia, mas nos bastidores. No campo político, que ele faz questão de salientar que “não é o mundo dele”, Tony contribui com ideias e propostas. É um verdadeiro estrategista.

Outra frente do trabalho silencioso é com a embaixada e o governo chinês, no qual atua como um consultor de alto escalão. O trabalho de receber ministros, políticos e empresários chineses começou em 1985, com seu pai. Mas eles começaram a vir com mais frequência a partir de 1993 e “não vão deixar de vir porque sempre foram muito bem recebidos por nós e pelo Governo do Estado”.

Para se ter uma ideia do que ele representa para o governo chinês, em fevereiro de 2009 o sexto homem mais **importante** na hierarquia chinesa, Xi Jinping, atualmente cotado para ser o futuro presidente da China, passou 40 horas no Brasil. “Dessas, 19h ele ficou em Brasília e 21 em **Manaus**”, relembra.

No mesmo ano, Tone foi um dos dois mil chineses convidados pelo governo da China para participar do

aniversário de 60 anos da revolução chinesa. “Para o jantar, foram convidados menos de 100 e eu fui um deles”. O empresário, que é muito comedido nas palavras, diz que uma parte do seu trabalho é tentar cruzar a empresa certa da China com a empresa certa do Brasil. Ele diz que tem muita gente que joga pedra na China, mas o mundo todo quer os chineses. A questão é encontrar os empresários sérios e ter uma concorrência sadia.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Junqueira destaca boa gestão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Sobre o que poderia mudar no modelo ZFM, o executivo esperava que os recursos gerados aqui pudessem ser aplicados aqui, num programa de desenvolvimento.

Digibrás, do grupo CCE, mantém produção de computadores em Manaus

Marcílio Junqueira faz questão de destacar a forma “técnica e correta” da atual administração da Suframa.

“A gente pode até ter divergência sobre este ou aquele ponto de vista, mas não há nenhum tipo de corrupção, solicitação disso ou daquilo, pedido de propina, é tudo discutido tecnicamente. Às vezes as pessoas não ressaltam, mas isso é um ponto positivo dessa administração. Os projetos são levados à pauta o mais rápido possível”.

Sobre o que poderia mudar no modelo ZFM, o executivo esperava que os recursos gerados aqui pudessem ser aplicados aqui, num programa de desenvolvimento.

“Mas, com o contingenciamento, o que se ouve dizer é que a Suframa tem grandes dificuldades”. Apesar de tudo, se tivesse que refazer a vida, Junqueira não têm dúvidas em afirmar que faria na ZFM na CCE. “Eu me casei em Manaus, meu filho mora aqui. Eu não me mudaria de Manaus por nada”.

Sorrindo, diz que não se sente mineiro “há milênios”, nunca sentiu ambiente hostil na cidade. Sobre o prazo dos incentivos da ZFM que finda em 2023, ele acredita que não há a menor chance de terminar e alguém deve propor ampliação do prazo, talvez para 2053. “Não vejo o risco da ZFM acabar.

O PIM tem uma dimensão que não se permite que acabe, porque, ao longo do tempo, definiu-se com clareza, ou quase com clareza, quais os produtos que poderiam ser produzidos em Manaus; ninguém mais discute que o polo de duas rodas, o polo de televisão são em Manaus.

E esses polos têm tamanha dimensão que acabaram gerando uma rede de empresas, fornecedoras de componentes, como resultado, o PIM está encaixado na realidade do País. Sobre a CCE, ele destaca a capacidade da empresa de se adaptar aos tempos.

“Somos uma empresa nacional que, nos últimos anos, entrou na informática. Éramos uma empresa especializada na chamada linha marrom de eletrônica: TV, aparelho de som. A TV mudou de tecnologia, os aparelhos de som praticamente acabaram e nós na CCE conseguimos fazer essa adaptação.

Com o pé na informática

Nos últimos anos, o mercado de televisores vêm passando por um processo de migração tecnológica, com o advento das TVs de plasma e LCD. Atenta a esse movimento, a CCE vem atualizando suas linhas e reciclando seu pessoal para não perder o bonde.

“Hoje estamos firmes em TV de LCD e somos responsáveis por 70% a 80% da produção de computadores em Manaus. A lei de informática praticamente nivelou os incentivos, então os grandes produtores de computadores do Brasil estão fora de Manaus. O único grande é nosso grupo. Estamos sustentando a participação de Manaus em licitações públicas federais temos ganhado algumas. Com isso, gerando mais empregos aqui. Em 2010 ganhamos uma do MEC para o programa ‘Um Computador por Aluno’. Entregamos os primeiros 150 mil. Essa é uma fase importante para a gente, uma empresa nacional disputando esse mercado corporativo, que compra grandes quantidades e nós estamos sendo bem sucedidos nisso”.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Trajetória do executivo <u>Marcílio Junqueira</u> se confunde com a do modelo <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Em 1975, ele recebeu um convite para assumir o cargo de diretor de Administração de Incentivos da Suframa, na gestão do Superintendente Aluizio Campelo

Junqueira chegou ao Amazonas em 1967, mesmo ano em que se instituiu a Suframa, onde ele trabalharia anos depois

A trajetória do Superintendente da CCE da Amazônia, Marcílio Junqueira, tem uma relação estreita com a da própria Zona Franca de Manaus.

Em 1975, ele recebeu um convite para assumir o cargo de diretor de Administração de Incentivos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), na gestão do Superintendente Aluizio Campelo, onde ficou por três anos, exercendo também o cargo de secretário executivo da autarquia. Na época, havia apenas nove indústrias instaladas no Distrito Industrial. Depois de três anos, já eram 50.

“Naquele tempo se deu grande ênfase a que as empresas se implantassem no DI de maneira definitiva, construíssem fábricas, para mostrar aos que estavam chegando que a ZFM não era coisa passageira”, lembra ele.

Outro destaque da administração foi o esforço para encontrar uma vocação agrícola no Distrito Agropecuário. Também marcou a gestão o sistema de distribuição de cotas de importação, que para ele, “era um verdadeiro inferno”.

As empresas queriam importar muito mais do que o País podia alocar para cá, pois havia escassez de dólares. Mesmo que os industriais quisessem importar US\$ 1 bilhão, por exemplo, o Governo definia um valor para ser distribuído entre comerciantes e industriais.

A escassez da moeda norte-americana motivou o surgimento do índice de nacionalização dos produtos, que mais tarde foi substituído pelo processo produtivo básico (PPB), que perdura até hoje.

Vocação

O Superintendente Aluizio Campelo elegeu como uma das prioridades da administração a busca por uma vocação agrícola para a cidade. Mas não houve continuidade. A administração de Campelo acreditava que era necessário encontrar oportunidade baseada nos recursos regionais.

Ele achava a ZFM uma coisa frágil, um mecanismo que movimentaria a economia local, mas era preciso buscar algumas oportunidades econômicas que não dependessem de importações. “O ambiente era totalmente diferente de hoje, a gente achava que a qualquer momento a ZFM poderia ser fechada pelo Governo, porque não tinha dólar para importar as coisas. Então houve essa busca, e qualquer exame nas sucessivas administrações mostra que o esforço foi abandonado completamente e ninguém mais ligou para isso”, pondera.

Sobre os melhores momentos que viveu na ZFM, Junqueira diz que foram os primeiros anos quando praticamente não havia concorrência. E os momentos mais cruciais? De 90-91, no Governo Collor, com a abertura da economia; proporcionalmente, houve o maior desemprego na história da CCE; de cinco mil postos de trabalho restaram 900.


Outra dificuldade foi em 1999, com a desvalorização monetária inesperada no Governo FHC; houve também a crise do apagão, em 2001, em que muita gente desaconselhava a compra de eletrônico, “porque o Brasil não tinha energia”. Difícil também foi a crise financeira internacional que começou no segundo semestre de 2008.

Indagado sobre o que o incomoda no modelo ZFM, Junqueira cita o PPB, critério fundamental para se desenvolver uma atividade aqui, mas é feito predominantemente em Brasília pelos Ministérios do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia.

“Às vezes, se faz um PPB que inviabiliza a produção por excesso de custo. Toda a vez que isso acontece a gente se aproxima da Suframa, explica o que está havendo e a

autarquia se mobiliza no sentido de influenciar os **Ministérios** para ver se eles abrandam o **PPB**", conta o

executivo.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria local gera mais da metade dos tributos federais na 2ª região fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Zona Franca ainda é único motor da economia. Em 2010, as atividades do PIM resultaram em arrecadação superior a R\$ 10 bilhões.

Polo Industrial de **Manaus** abriga mais de 550 empresas e concentra toda a **produção** de motocicletas e TVs do País

A **Zona Franca** é o motor da economia amazonense. A afirmação é do economista José Laredo, da Controle Consultoria, e se baseia no fato de que mais da metade da arrecadação de tributos federais na 2ª região fiscal - toda a região Norte, exceto Tocantins - é recolhida pela Delegacia da Receita Federal de **Manaus** (DRF).

Em 2010, as atividades do **PIM** resultaram em arrecadação superior a R\$ 10 bilhões. As empresas do **PIM** contam com isenções de alguns impostos e alíquotas reduzidas em outros. A parte de tributos que elas pagam torna o **Amazonas**, de longe, o maior contribuinte do fisco federal de toda a região Norte.

É por isso, que o economista Serafim Corrêa, em seu livro "**Zona Franca de Manaus** - Mitos e Verdades", afirma que o modelo não é um paraíso fiscal, como gostam de rotular alguns críticos, mas um "paraíso do fisco", pela receita que gera para os cofres públicos.

Não há que se falar em renúncia fiscal gerada pelos incentivos, pois, sem eles, as empresas não estariam em **Manaus**, e não haveria arrecadação alguma.

Faturamento


O faturamento da **Zona Franca** cresceu 21% em 2010, o que é um desempenho vultoso. A **Suframa** divulgou crescimento de 35%, o que não corresponde exatamente à realidade, uma vez que se refere ao faturamento em **dólar**.

Ocorre que as fábricas, mais do que nunca, faturam principalmente em reais, visto que o abastecimento do **mercado** interno é a prioridade das fábricas diante do **dólar** desvalorizado.

Ainda assim, o faturamento do **PIM** em reais é um recorde histórico. A geração de empregos também atingiu volume expressivo, fechando o ano com 108 mil postos de trabalho, entre efetivos, temporários e terceirizados.

No entanto, após mais de quatro décadas, as fábricas ainda são obrigadas a **importar** técnicos qualificados em diversas áreas ou arcar com os custos de qualificação.

A falta de mão-de-obra, principalmente engenheiros, com o perfil que a indústria precisa, ainda é um gargalo quase tão sério como as limitações da logística. É outro desafio que precisa ser superado para que os números do **PIM** continuem batendo recordes.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO É preciso articular órgãos da área de pesquisa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Precisamos, segundo o diretor o Inpa, saber se o que as universidades estão formando tem a ver com a realidade atual e futura e as necessidades do mercado.

Odenildo Sena, da Sect, admite que PIM continua soberano no Amazonas

Ainda não se conseguiu um modelo sustentável poderoso que caminhe lado a lado com o PIM. Isso exige tempo, vontade política e muito investimento em pesquisa e desenvolvimento.

O reconhecimento do fato é do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, que explica ser novo o sistema estadual de ciência e tecnologia. Só começou em 2003 com a criação do sistema público estadual de C&T.

O diretor do Inpa, Adalberto Val, também aponta a fase embrionária do sistema estadual de C&T&I. Apesar de novo, está bastante consolidado, argumenta. O professor universitário Deusamir Pereira aponta a necessidade de um planejamento estratégico para o Estado, que diga para onde queremos ir.

Precisamos, segundo ele, saber se o que as universidades estão formando tem a ver com a realidade atual e futura e as necessidades do mercado.

Sobre a necessidade de se alinhar as pesquisas das instituições e redirecionar os esforços do Inpa e da Embrapa no sentido de gerar inovação tecnológica, Adalberto Val afirma que já existe essa interação e ao invés de falar em redirecionamento ele prefere “aprimoramento”.

Opinião diversa tem Deusamir Pereira, para quem nada caminha alinhado. Quanto às inúmeras possibilidades produtivas que tem sido negligenciadas ao longo dos anos por falta de sedimentação de cadeias produtivas regionais, o diretor do Inpa assegura que já existe uma cadeia de interações entre as instituições e exemplifica que o Inpa tem vários projetos financiados pela Fapeam.

Deusamir Pereira concorda com a análise de José Alberto Machado sobre esse distanciamento e dá um exemplo emblemático. Enquanto a cadeia produtiva para fármacos e cosméticos a partir do guaraná tem um enorme potencial em Maués, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) realiza cursos de graduação em Educação Física e Contabilidade no município. “Qual é a lógica? Isso é samba do crioulo doido”, compara Deusamir.

Ambiente é muito favorável

Desafios ainda existem, consequência de muitas décadas de ausência de governança em relação à C&T&I no Estado, mas há um ambiente muito favorável para o desenvolvimento dessa área, diz a presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Olívia Simão.

“O Estado do Amazonas figura hoje entre os que mais investem em C&T&I no País”, assegura, completando que há muito a ser feito no sentido de integrar cada vez mais quem faz, quem financia e quem consome ciência, tanto em nível local quanto nacional.

Ela diz que a Fapeam incentiva a pesquisa local, insere capital humano qualificado nas empresas objetivando a geração de produtos e processos inovadores a partir do uso sustentável das potencialidades regionais, cujas cadeias produtivas estão sendo desenvolvidas com resultados concretos em termos de serviços e produtos já à disposição do público.

Olívia admite, no entanto, que em relação às possibilidades da região há, ainda, muito a ser feito para que ela seja econômica e socialmente aproveitada.

	VEÍCULO A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Potencialidades ainda não foram aproveitadas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Há potencial sendo mal aproveitado em áreas como extração e beneficiamento de minerais, turismo ecológico e científico, criação e industrialização de pescado, entre outros.

Apesar do reconhecido avanço que o Estado experimentou no quesito Ciência, Tecnologia e Inovação, muito ainda há por ser feito no que tange ao aproveitamento das potencialidades regionais.

“Ainda não se pode constatar efeitos reais nas bases tecnológicas de sua **produção**. O Polo Industrial de **Manaus** continua produzindo pacotes tecnológicos externos e a **produção** tipicamente **regional** continua fundada em tecnologias primárias”, diz José Alberto Machado.


As saídas para essa questão estão manifestas e passam, por exemplo, pela consolidação do sistema estadual de C&T&I e seu efetivo comprometimento com o **desenvolvimento** do Estado.

Isso inclui a valorização das instituições de pesquisas e a criação de um sistema C&T&I para o **PIM**, bem como a ampliação do intercâmbio técnico-científico internacional.

Nesse embalo, é preciso comprometer também as instituições de pesquisa federais com o **desenvolvimento regional**, objetivando gerar inovação tecnológica e maior interação com o setor produtivo.

Nesse aspecto, o desdobramento inevitável deveria ser a sedimentação de cadeias produtivas regionais com potencialidades dinâmicas, que aí estão à espera de um ação estrategicamente coordenada dos órgãos que, podendo, ainda não se encontraram para essa empreitada.

Há potencial sendo mal aproveitado em áreas como extração e beneficiamento de minerais, turismo ecológico e científico, criação e industrialização de pescado, entre outros.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Manaus está praticamente isolada, soluções deveriam ter sido para 'anteontem'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

O aeroporto é a principal entrada de visitantes e dos insumos que movimentam a economia local e a deficiência em ambos os terminais salta aos olhos dos usuários

A classe empresarial concorda com os gargalos citados pelo economista José Alberto Costa Machado no que diz respeito à infraestrutura e logística da **ZFM**.

O aeroporto é a principal entrada de visitantes e dos insumos que movimentam a economia local e a deficiência em ambos os terminais – passageiros e carga – salta aos olhos dos usuários, segundo o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Wilson Périco.

“Investimentos que deveriam ter sido feitos há anos precisam ser repensados, para serem implementados não somente para atender as necessidades de agora, mas focando o **desenvolvimento** da Região, devemos ter um planejamento para hoje, para daqui a cinco anos, 10 anos, que seja permanente e nos permita crescer economicamente”, recomenda.

O presidente da Aficam, Cristóvão Marques Pinto, também comunga da opinião de que a ampliação e reforma no aeroporto são providências das mais urgentes.

No entanto, não é só a estrutura física que precisa evoluir, faz-se necessário ampliar o quadro de fiscais, principalmente do **Ministério** da Agricultura e Pecuária (Mapa), no despacho de cargas.


Devido a escassez de pessoal, a liberação de carga demora de três a cinco dias, trazendo com isso despesas com armazenamento, sem contar os custos para a empresa que poderia estar com a carga mais cedo em suas dependências, observa Pinto.

Sobre as questões portuárias citadas por Machado, Périco diz que “indústria e **comércio** estão reféns de um serviço sem concorrência, que nos custa muito caro, que é de péssima qualidade no atendimento, também extremamente demorado; basta dizer que no mundo os **importadores** têm acesso aos insumos em até oito horas depois da atracação do navio, em **Manaus** leva em média 20 dias”.

Ele acrescenta que o potencial turístico da Região também é impactado por conta das precárias instalações do porto público para receber os navios e os turistas.

Outro ponto citado por Machado – a logística reversa para produtos do **PIM**, tornada obrigatória pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, a posição de Périco é que é preciso cuidado para não se estabelecer regras que impedirão o **desenvolvimento** econômico da Região ou aumentarão demasiadamente o custo da atividade industrial local, “porque estamos competindo com outros Estados e países que, diferentemente de nosso caso, respeitam muito mais os investimentos feitos em suas regiões e territórios e reconhecem o valor que representam os empregos gerados por esses investimentos”.

Cristóvão Marques Pinto diz que esse ponto não se constitui num problema, uma vez que há empresas que já fazem a reciclagem dos resíduos das indústrias do **PIM**.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa poderia receber outra configuração		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	


Para aproveitar o potencial que a ZFM possui faz-se necessário investir no ambiente institucional, dar-lhe rumos estratégicos, autonomia financeira, descontingenciar seus recursos, investir em capital humano e em tecnologia.

A Suframa, da forma como funciona atualmente, opera mais como gestora de incentivos fiscais e atratora de investimentos para o PIM do que como promotora de desenvolvimento da região na qual atua.

A autarquia não possui autonomia financeira nem para as taxas que recolhe; desde 2002 contingenciadas. E o que dizer da falta de um quadro de pessoal próprio adequado, visto que boa parte é terceirizado? Para aproveitar o potencial que a ZFM possui faz-se necessário investir no ambiente institucional, dar-lhe rumos estratégicos, autonomia financeira, descontingenciar seus recursos, investir em capital humano e em tecnologia.

Isso implica, segundo José Alberto Machado, transformar a Suframa em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental (Sudamoc) e convertê-la em uma agência responsável pelo desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental, com a criação de um fundo específico para o fomento do desenvolvimento da região, retirando-se das empresas quaisquer outras taxas, exceto as decorrentes dos serviços prestados pela atual Suframa.

Elas serão aplicadas, exclusivamente, na sua manutenção e melhoramento das estruturas produtivas do PIM. Mas, quais as implicações legais e econômicas de transformar a Suframa numa Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental - Sudamoc? Essa mudança seria um avanço para promover o desenvolvimento regional?

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO CBA e CT-PIM caminham a passos de cágado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O caso é emblemático da empreitada tecnológica complicada que se tem pela frente no que tange ao aproveitamento econômico das nossas potencialidades regionais.


Após uma década de criação e da injeção de quase R\$ 100 milhões, o **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**, que se propôs a dar autonomia e impulso próprio ao modelo **Zona Franca** não avançou, continua devendo.

O caso é emblemático da empreitada tecnológica complicada que se tem pela frente no que tange ao aproveitamento econômico das nossas potencialidades regionais. Até hoje o Centro não possui personalidade jurídica, o que impede o seu efetivo funcionamento.

A despeito das manifestações recentes do atual ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, em visita a **Manaus**, de que de tudo faria para agilizar a definição de

tal personalidade, nada por enquanto mudou em relação ao processo como ele vinha-se desdobrando: a passos de cágados.

“Para mim é difícil aceitar que estamos com oito anos desde que o prédio do **CBA** foi inaugurado e não tenhamos sido capazes de dar-lhe a tal personalidade jurídica. Não podemos responsabilizar apenas o desdém das autoridades federais. Afinal, se foram tão relapsas nesses anos todos, porque não os levamos a responder perante os órgãos competentes, como **Ministério** Público Federal, Tribunal de Contas da União, etc? Afinal, são mais ou menos R\$ 100 milhões de recursos públicos investidos e toda a expectativa da sociedade frustrada”, diz José Alberto, para quem tanto o **CBA** quanto o **CT-PIM**, cujas obras devem ser iniciadas este ano, com previsão de conclusão nos próximos sete ou anos, são, sem dúvida, ferramentas com grande capacidade para dinamizar a economia **regional**.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Incentivos fiscais têm cada vez menos peso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Hoje, segundo estudos da Controle Consultoria, essa vantagem média não passa de 56%.

O principal problema jurídico tributário da **Zona Franca** de **Manaus** é a falta de um ordenamento jurídico sólido, livre de questionamentos. Isso tem permitido o enfraquecimento paulatino da força dos incentivos fiscais, único e exclusivo fator para atração de investimentos.

Não há estudos sobre qual era a vantagem tributária de se instalar no Polo Industrial de **Manaus** quando as primeiras fábricas começaram a chegar na década de 70, mas especialistas calculam algo próximo a 70%, em média.

Hoje, segundo estudos da Controle Consultoria, essa vantagem média não passa de 56%.

Isso significa que empresas que se instalam na **Zona Franca** pagam 56% menos tributo do que se tivessem se instalado em São Paulo, por exemplo.

Por conta de peculiaridades de cada atividade industrial e de aspectos da legislação, essa vantagem tributária varia de setor para setor. O polo de eletroeletrônicos, por exemplo, conta com 58% de vantagem; o de duas rodas, 65%; já o setor de informática, apenas 27%.

“Não é à toa que praticamente todas as fábricas de motocicletas estão no **Amazonas**. Por outro lado, o setor de informática, que conta com vantagem menor, encontra-se bastante reduzido”, argumenta o economista José Laredo, diretor da Controle Consultoria.

O estudo do economista mostra que, para atrair investimentos para a **Zona Franca**, a vantagem tributária em

cada setor precisa atingir um patamar mínimo para compensar despesas adicionais que as empresas terão com transporte, energia, comunicações e outros fatores.

No caso do setor de informática, a vantagem tributária não foi suficiente para manter a competitividade e as fábricas debandaram a partir dos anos 90.


O auditor fiscal Ernesto dos Santos Chaves da Rocha salienta que, hoje, o diferencial tributário da **Zona Franca** depende, fundamentalmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de **Importação** (II).

Esses impostos têm alíquotas muito altas no restante do País, o que torna as isenções do **Amazonas** muito atrativas. “O **ICMS**, outro tributo que compõe nossa cesta de incentivos, é objeto de guerra fiscal entre os Estados”, ressalta.

E o enfraquecimento continua em processo. No início de fevereiro, o IPI, apontado por Ernesto Rocha como fundamental para a competitividade do modelo, sofreu um sério ataque.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as empresas de outros Estados que comprem componentes na **Zona Franca** não têm direito a créditos de IPI.

O economista Serafim Correa explica que, com isso, as fábricas de componentes de **Manaus** que forneciam para outros Estados perdem **importantes** clientes. E pior: a decisão abre o risco de se questionar os créditos de **ICMS**.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO MCT investirá R\$ 80 milhões ao <u>CBA</u>, nem a <u>Suframa</u> sabe como irá acontecer		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

A informação é do Superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Elilde Mota de Menezes, que também é coordenador do CBA.

Elilde Mota de Menezes coordena o Centro de Biotecnologia da Amazônia

O CBA depende do Governo Federal, que discute, atualmente, a criação de uma empresa pública para dar autonomia jurídica e operacional o que caracterizaria seu papel estratégico. A informação é do Superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Elilde Mota de Menezes, que também é coordenador do CBA.

Segundo ele, embora o ministro de Ciência e Tecnologia, Alizio Mercadante, em janeiro, ao visitar o Amazonas, prometera agilizar o definição da personalidade jurídica do CBA e investimento de R\$ 80 milhões para o Centro, dos quais R\$ 40 milhões só em equipamentos, a Suframa, gestora do CBA, ainda não foi consultada de como isso irá se concretizar.

CT-PIM

O CT-PIM experimentará o que hoje se vê no CBA? O tempo dirá. Orçado em R\$ 30 milhões, o parque tecnológico só possui, por enquanto, R\$ 2,5 milhões.

As obras começam este ano e devem ser concluídas em 2018. “Antes do início da construção do empreendimento, estão sendo executadas ações de formação, treinamento e geração de capital intelectual”, explicou o diretor executivo do CT-PIM, professor Wesley Alves Pereira.

O objetivo do Centro é criar uma base de gestão que possibilite a geração e transferência de tecnologia avançada e sua utilização estratégica.

“O que precisamos é de dinheiro, apresentado pelos fundos setoriais. Esbarramos na dificuldade de captação e no contingenciamento de recursos da Suframa pelo Governo Federal”, disse o diretor do órgão.

Na avaliação do presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Amazonas (Aficam),

Cristóvão Marques Pinto, enquanto não houver vontade política a questão dos centros de pesquisa não avançará. “Falta verba para material e mão-de-obra. Também há muita coisa para se fazer pelo interior, mas a Suframa padece com o bloqueio de suas verbas pelo Governo Federal”, ressaltou. “Importação é muito alta e compra no mercado local é baixa”, completou.

Cristóvão acredita que é necessário uma maior mobilização da bancada parlamentar em Brasília para liberar emendas do orçamento que fomentem a estrutura dos órgãos de pesquisa regionais.

Isolado das universidades

Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), PhD em Química e pesquisador do CBA, Tetsuo Yamane, 79 anos, disse que a atual condição do órgão é muito delicada, por se encontrar “completamente isolado das universidades e dos demais centros de pesquisa”.

“O CBA tem sido chamado de ‘elefante branco’, ‘anta branca’ e outros adjetivos, mostrando o descontentamento da comunidade científica e com muita razão”, ressaltou. Yamane trabalhou na concepção do CBA e diz que o futuro do Centro e da Suframa são assuntos de profunda importância regional e nacional.

“Nossas atividades são restritas porque os equipamentos que temos não podem ser usados”. A situação citada por ele levou no ano passado a comunidade científica da região Amazônica a se manifestar, através de um ofício, à Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso.

O documento solicitou a interferência da Suframa na atual administração do órgão, no sentido de possibilitar o acesso dos cientistas aos equipamentos instalados na Central Analítica do CBA.




VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
TÍTULO Após bloqueio de bens, <u>Suframa</u> vistoria 'tapa-buracos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Dez dias após a Justiça Federal bloquear os bens de dirigentes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a autarquia realizou hoje (28) vistoria dos trabalhos de tapa-buraco nas vias do Distrito Industrial, Zona Sul de Manaus.

Segundo informações divulgadas pela autarquia, os trabalhos seguem o cronograma pré-estabelecido, tendo como objetivo a manutenção do sistema viário do Distrito Industrial.

O período de chuvas, conforme a Suframa, vem prejudicando os serviços e causando abertura de novos buracos semanalmente.

O convênio firmado entre a Suframa e o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) – para recuperação das vias do Distrito Industrial – e a aplicação de parte dos recursos sem a comprovação dos serviços foram os objetos de uma das ações de improbidade administrativa.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Novo <u>PPB</u> de motocicletas quer reduzir as <u>importações</u> de peças	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Governo Federal vai 'premiar' empresas que investirem na regionalização de motos.

Manaus - O novo Processo Produtivo Básico (**PPB**) que vai orientar a produção nas fábricas do segmento de duas rodas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, a partir do próximo ano, em fase de consulta pública, quer priorizar a industrialização e reduzir a importação de peças utilizadas nos produtos.

Uma das principais alterações no **PPB**, adianta a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, é a mudança para um sistema de pontuação que estimula o uso de peças e produtos fabricados no País.

"A principal alteração é a mudança para o sistema de pontuação que varia conforme o valor agregado de mão de obra e investimento. A ideia com isso é que quanto maior for a escala de produção, mais peças regionais e nacionais sejam utilizadas. A pontuação aumenta o valor agregado e significa mais emprego", disse o coordenador geral de acompanhamento de projetos industriais da **Suframa**, Gustavo Igrejas.

Ainda não há uma estimativa de quantos empregos podem ser criados caso o novo **PPB** seja aprovado. Segundo Igrejas, as mudanças no atual texto do **PPB** de duas rodas não são radicais e estão apenas colocando no papel uma prática comum no setor. "75% da produção total do polo é nacional. As empresas de maior escala nacionalizam".

Ainda de acordo com Igrejas, atualmente o **PIM** possui 65 empresas que fabricam partes e peças e 13 que produzem os bens finais. "A ideia (com o novo **PPB**) é manter essa estrutura e a partir daí melhorar. O aumento da produção significa mais competitividade e tem como tendência


crescimento da participação dos componentes regionais. A regionalização que está sendo exigida pode ser cumprida sem trazer maiores prejuízos à competitividade do bem final", afirmou.

O **PPB** de duas rodas é um dos pontos da proposta que o governo do **Amazonas** deverá discutir com o **Governo Federal** para inclusão na nova versão da Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP2), que está em fase de elaboração pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** com previsão de ser concluído até abril.

Contrários

Segundo o secretário de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico, Marcelo Lima Filho, a atual proposta de alteração do **PPB** de duas rodas tem gerado descontentamento entre os empresários de menor porte que importam do exterior a maior parte dos insumos para produção.

"É difícil entrar em um consenso, mas as fábricas intermediárias não estão satisfeitas porque elas importam muito. Só que elas acabam atingindo interesses das empresas de componentes que estão instaladas aqui e atendem as fábricas com maior nível de adensamento e responsável pelo maior número de empregos", disse.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Demanda doméstica será robusta ainda este ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A marcha da economia durante o segundo mandato de Lula foi liderada pelo incentivo ao consumo, que sustentou a produção industrial e favoreceu um forte aumento das importações. Já no primeiro mês do governo de Dilma Rousseff vieram medidas de contenção do consumo, considerado incompatível com o controle da inflação.

Diante dessas medidas (crédito menos abundante, alta da taxa de juros, redução do prazo das vendas a prestações) alguns economistas estão prevendo um forte recuo da atividade econômica. Mas nos parece que o consumo deverá continuar robusto, porém, não generalizado como antes, e a indústria acompanhará com muita cautela o crescimento da demanda doméstica, o que deverá se traduzir pela manutenção de um crescimento sustentado das importações.

Já no primeiro bimestre há boa sustentação das vendas varejistas, confirmada pelas associações comerciais e pelas encomendas ao setor eletrônico da indústria da Zona Franca de Manaus. O índice Fecap das Expectativas nos Negócios, calculado pela Escola de Comércio Álvares Penteado, aponta alta de 3,3% em fevereiro. Todavia, a situação vai ser muito diferente conforme o ramo.

Sem dúvida, a melhoria da renda e a queda do desemprego contribuíram para sustentar a demanda neste início do ano. Alguns setores, no entanto, foram afetados não tanto pelo aumento da taxa de juros - que continua pouco considerada pelas famílias -, mas, sim, pela redução dos

prazos de financiamentos no caso de produtos de valor elevado, como automóveis.

Paradoxalmente, a retração nas compras de automóveis leva as famílias a dispor de mais recursos para a aquisição de bens de menor valor. É uma situação que se observa no momento, em que a compra de unidade de habitação leva as famílias a ter gastos para mobiliá-la e, assim, passam a adquirir aparelhos eletrodomésticos. Em compensação, a demanda por artigos cujos preços dependem do das commodities, como os têxteis, apresenta-se em queda.

Nos próximos meses, num cenário em que os rendimentos não continuarão aumentando como no ano passado, e em que pode haver um aumento do desemprego, se a indústria não acompanhar o crescimento da demanda interna, preferindo recorrer à importação, iremos registrar uma queda do PIB, que deverá decorrer também de uma política mais austera nos gastos do governo. Não nos parece que possa o País entrar numa recessão, levando em conta os investimentos previstos, mas a velocidade do crescimento será menor.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PASTAS NÃO SABEM QUE DESPESAS SERÃO CORTADAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

André Borges e Tarso Veloso | De Brasília

Os **Ministérios** ainda não sabem quais programas serão cortados para atender ao aperto fiscal determinado pelo Planejamento e pela Fazenda. O corte mais profundo realizado pelo governo atingiu o **Ministério das Cidades**, responsável pelo programa Minha Casa, Minha Vida. O projeto habitacional sofreu redução de R\$ 5 bilhões em seu orçamento. Da previsão inicial de R\$ 12,6 bilhões, restaram R\$ 7,6 bilhões. O governo alegou que, mesmo com a redução, o programa ainda ficou com R\$ 1 bilhão acima do investido em 2010.

Procurado pelo Valor, o **Ministério** informou que não se pronunciará sobre os cortes até a publicação do decreto. A Caixa Econômica Federal (CEF) também evitou dar entrevistas. Neste mês, o banco estatal anunciou que chegou a financiar um milhão de moradias até o fim do ano passado.

No **Ministério** da Defesa, a redução chega a quase 30% do previsto, com queda de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 10,8 bilhões. Para a assessoria da Defesa, ainda não foram definidos os programas atingidos. "Até agora só sabemos o valor total da redução dos investimentos, mas não fechamos quais projetos serão prejudicados", disse um assessor do **Ministério**. O ministro Nelson Jobim havia anunciado, no dia 15 de fevereiro, que o corte incidiria sobre despesas contingenciáveis do **Ministério**.

No **Ministério** dos Transportes, onde o investimento caiu de R\$ 18,4 bilhões para R\$ 16 bilhões, os cortes se concentraram em emendas parlamentares. Por meio de nota, o **Ministério** informou que "as ações incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram preservadas em sua integralidade, não havendo expectativa de entraves à sua continuidade". O encolhimento de despesas, segundo o **Ministério**, vai ocorrer em "ações ainda em fase de projeto", mas ainda não há uma lista que obras são essas.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse ontem, em São José dos Campos (SP), que espera reduzir os cortes necessários na área de recursos não reembolsáveis com a ampliação dos créditos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em R\$ 1,9 bilhão.

"O ajuste fiscal é necessário e o **Ministério** vai participar, mas nós queremos priorizar o que é estratégico. O satélite meteorológico que estamos desenvolvendo com a Nasa, por exemplo, é prioridade número um para o **Ministério**", afirmou. No total, segundo o ministro, serão contingenciados R\$ 610 milhões, que o Congresso já tinha cortado dos fundos setoriais, e outros R\$ 353,6 milhões de verbas para custeio, além de deixar de receber R\$ 710 milhões em emendas parlamentares.

Os projetos considerados estratégicos, como o programa espacial brasileiro, segundo ele, serão preservados. "Estamos concluindo as reformas na Base de Alcântara, que ficará pronta ainda este ano e os investimentos no projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS) também serão mantidos", afirmou Mercadante.

O investimento previsto no **desenvolvimento** do satélite GPM (sigla em inglês para Medida de Precipitação Global) com a Nasa, é da ordem de US\$ 70 milhões. Segundo Mercadante, o governo brasileiro está pedindo à Nasa para antecipar em um ano o lançamento do satélite brasileiro, previsto inicialmente para 2015, para apoiar o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais.

"O grande problema com esse satélite é saber se a Nasa manterá o programa, uma vez que houve corte de US\$ 18 bilhões no orçamento da agência e nós não sabemos até que ponto isso vai afetar o projeto", disse o ministro.

O **Ministério** do Turismo informou que, como o decreto do contingenciamento deve sair só hoje, as autoridades ainda não sabem detalhes do corte. "A ministra do Planejamento anunciou, mas o **Ministério** não definiu", disse uma assessora. Basicamente, o que foi cortado no Turismo se resume a emendas de parlamentares. Sem as emendas - cerca de R\$ 3 bilhões -, o orçamento do **Ministério** ficou em R\$ 573 milhões.

O mesmo ocorre no **Ministério** do Esporte, que sofreu baixa de 64% no orçamento, caindo de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 853 milhões para gastar. Em nota, o **Ministério** informou que a redução "não deve afetar a execução dos programas da pasta" e que a decisão foi tomada "após reuniões com o ministro Orlando Silva".


Os cortes afetam também despesas administrativas dos **Ministérios**. Em Minas e Energia, a retirada de R\$ 237 milhões do pacote de R\$ 978 milhões antes previsto está relacionada a despesas operacionais do **Ministério**, e não a projetos de energia. Segundo fonte ligada ao **Ministério**, os cortes atingirão a área administrativa, em despesas como não renovação de frota de veículos e troca de equipamentos de informática, entre outros.

O **Ministério** da Agricultura informou que o corte de 51% de seu orçamento é uma "cota de sacrifício" no esforço para controlar a inflação. O ministro Wagner Rossi informou que as áreas mais sensíveis, como defesa agropecuária e pesquisas da Embrapa, serão mantidas. Os subsídios à

comercialização e ao seguro rural também devem ser preservados do corte total de R\$ 1,4 bilhão na pasta.

No **Ministério** do **Desenvolvimento** Agrário, onde a tesoura do governo atingiu R\$ 929 milhões, ainda não foram decididas as áreas ou programas que sofrerão cortes, mas as principais ações do **Ministério**, como aquisição de terras para a reforma agrária e subsídios à agricultura familiar, serão mantidas.

O **Ministério** do Meio Ambiente, que sofreu corte de R\$ 400 milhões, não respondeu ao pedido de detalhamento da suspensão das despesas. (Colaboraram Mauro Zanatta, de Brasília, e Virgínia Silveira, de São José dos Campos)


	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA GARANTE QUE TRABALHOS DE TAPA-BURACO SEGUEM CRONOGRAMA APESAR DAS CHUVAS		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os trabalhos de tapa-buraco seguem um cronograma pré-estabelecido, tendo como objetivo a manutenção do sistema viário do **Distrito Industrial**. Nos meses de janeiro e fevereiro foram priorizadas, em função da idade e do grau de desgaste do pavimento, as vias do **Distrito Industrial** I e posteriormente as ruas do Distrito II, apesar do forte período de chuvas que vem prejudicando os serviços de pavimentação e provocando abertura de novos buracos a cada semana.

Mesmo com todas essas dificuldades, já foram executados só nos últimos dois meses serviços de tapa-buraco na BR-319, Av. Ministro Mário Andreazza, Av. Buriti, Rua Açai, Rua Iça, Rua Mogno, Rua Ipê, Rua Balata, Rua Gov. Danilo Areosa, Rua Javari, Rua Guaruba, Rua Abiurana e o trecho da

Av. dos Oitis, compreendido entre a bola do Armando Mendes e a Av. Buriti, onde a trafegabilidade é considerada boa.

Os serviços programados para o Distrito II, que estavam previstos para começar na primeira quinzena do mês de março, já foram iniciados no último dia 25 de fevereiro e o cronograma de obras segue sem atrasos.

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>MDIC</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Fevereiro termina com saldo positivo de US\$ 1,199 bilhão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Superávit da balança comercial é de US\$ 1,622 bilhão no primeiro bimestre do ano

Fevereiro de 2011 teve US\$ 1,199 bilhão de saldo positivo na balança comercial brasileira, com média diária de US\$ 60 milhões. Pela média, o valor é 177,4% maior que o registrado em fevereiro do ano passado (média por dia útil de US\$ 21,6 milhões) e 197,6% superior ao resultado médio diário de janeiro de 2011 (US\$ 20,1 milhões).

Nos 20 dias úteis do período, a corrente de **comércio** (soma das **exportações** e **importações**) foi de US\$ 32,267 bilhões, com média diária de US\$ 1,613 bilhão. Neste resultado, houve crescimento de 21% em relação à média de fevereiro de 2010 (US\$ 1,333 bilhão) e aumento de 12,9% na comparação com janeiro último (média de US\$ 1,428 bilhão).

As **exportações** em fevereiro foram de US\$ 16,733 bilhões, com média diária de US\$ 836,7 milhões. Por este comparativo, o número é 23,5% superior à média de US\$ 677,6 milhões do mês de fevereiro de 2010 e 15,5% maior que a de janeiro passado (US\$ 724,5 milhões).

No acumulado mensal, as **importações** chegaram a US\$ 15,534 bilhões, com um resultado médio diário de US\$ 776,7 milhões. A média é 18,4% maior que a de fevereiro do ano passado (US\$ 656 milhões) e está 10,3% acima do resultado médio de fevereiro de 2010 (US\$ 704,3 milhões)

Semanas

Nos cinco dias úteis (21 a 27) da quarta semana de fevereiro, as vendas brasileiras ao **mercado** externo foram de US\$ 3,704 bilhões (média diária de US\$ 740,8 milhões) e as aquisições no exterior foram de US\$ 4,103 bilhões (média de US\$ 820,6 milhões). Houve, portanto, déficit de US\$ 399 milhões e média diária negativa de US\$ 79,8 milhões por dia

útil. A corrente de **comércio** na quarta semana foi de US\$ 7,807 bilhões, com média de US\$ 1,561 bilhão.

A quinta semana do mês, com apenas um dia útil (28), teve superávit de US\$ 41 milhões, com **exportações** de US\$ 730 milhões, **importações** de US\$ 689 milhões e corrente de **comércio** de US\$ 1,419 bilhão.

Bimestre

No primeiro bimestre do ano, o superávit da balança comercial já chega a US\$ 1,622 bilhão (média diária de US\$ 39,6 milhões). O resultado é 615,9% maior que o verificado no mesmo período do ano passado (média diária de US\$ 5,5 milhões). Nos 41 dias úteis de 2011, a corrente de **comércio** somou US\$ 62,272 bilhões (média diária de US\$ 1,518 bilhão), com aumento de 23,3%, sobre a média do mesmo período do ano passado (US\$ 1,231 bilhão).

No acumulado do ano, as **exportações** alcançaram US\$ 31,947 bilhões (média diária de US\$ 779,2 milhões), resultado 26% acima do verificado no mesmo período de 2010, que teve média diária de US\$ 618,5 milhões. O resultado anual acumulado das **importações** também está maior (20,7%) em relação ao ano passado (média diária de US\$ 612,9 milhões). No bimestre, as **importações** chegam a US\$ 30,325 bilhões (média diária de US\$ 739,6 milhões).

Às 15h30, o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulga a nota completa com informações sobre o período e haverá entrevista coletiva no auditório do **MDIC** para comentar os resultados.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LEVAM INCERTEZA AO PIB		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Analistas refazem as contas para baixo, mas ainda não são unânimes nas estimativas para o crescimento do país em 2011

Eva Rodrigues

O governo ainda não admite oficialmente um crescimento inferior a 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano. Mas, na semana em que serão divulgados os números do **PIB** de 2010, muitos analistas já incorporaram um "viés de baixa" nas suas projeções. Por exemplo, o relatório Focus, do Banco Central, projetou crescimento do **PIB** de 4,3%, recuo frente aos 4,5% da semana passada.

No entanto, fatores conflitantes ogam sombra sobre o real tamanho do crescimento da economia. Projeções de **produção** industrial apontam baixa, enquanto surgem dados mais favoráveis no **comércio**. Somam-se a isso as dúvidas em relação ao impacto efetivo do ajuste fiscal e das medidas restritivas de crédito, e o que surge é um quadronebuloso.

A gestora Franklin Templeton, por exemplo, trabalha neste momento revisão da projeção de 4,5%, "para algo um pouco abaixo de 4%", diz o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes Filho. Para a revisão, o economista trabalha com estimativa de alta de 1,5% na Pesquisa Mensal de **Comércio** (PMC, no conceito restrito que exclui automóveis e material de construção) e queda de 0,7% na margem em janeiro para a **produção** industrial. "Além disso, também consideramos para a nova projeção algum impacto do pacote fiscal do governo".

Contraponto

Os dados da Associação Brasileira de Super**mercados** (Abras) divulgados ontem - alta de 3,6% nas vendas reais em janeiro na comparação com janeiro de 2010 - são mais um argumento no sentido de que a PMC de janeiro deve vir com bons números, depois da estabilidade verificada em dezembro, pondera o economista chefe do Banco ABC Brasil, Luis Otávio Leal.

"A **produção** industrial deve ter queda na margem de 0,5% em janeiro, seguida por nova queda em fevereiro, e isso

já vem suscitando ideias em torno de **PIB** negativo no primeiro trimestre do ano. Mas os bons números do **comércio** vão fazer o contraponto da queda na indústria", diz Leal, que mantém projeção de crescimento do ano em 4,2% "com viés de baixa". Para o economista do Banco BC Brasil, há uma dificuldade maior na avaliação de cenário hoje por conta das medidas restritivas ao crédito implementadas em dezembro. "Não se tem um histórico de impacto desse tipo de medida na economia."

De qualquer forma, ele avalia que há um risco potencial se o governo resolver não aceitar um crescimento menor em 2011. "Se o governo se apavorar com o crescimento abaixo de 4% e começar a afrouxar a política monetária logo, provavelmente teremos necessidade de um novo aperto logo mais à frente, pois o salário mínimo deve ter alta em torno de 14% em 2012 com novas regras".

Menos pessimista, o economista-chefe do Banif Investment Bank, Mauro Schneider, está em revisão da projeção de 4,7% do **PIB** "para um patamar mais próximo de 4%". Ele considera na revisão um cenário de acomodação do nível de atividade, fruto de uma aceleração maior que o esperado no consumo de bens duráveis no final do ano. "Também considero a forte pressão inflacionária, ao mesmo tempo em que o salário mínimo teve alta mais modesta, o que traz alguma perda na dinâmica da economia".

Para Schneider, preocupa o fato de que o Banco Central não tem conseguido ancorar as expectativas do **mercado**, fazendo a inflação convergir para a meta. "Do terceiro para o quarto trimestre do ano, a inflação em 12 meses deve rodar acima de 7% e esse deve ser o parâmetro para os reajustes salariais **importantes** que ocorrem entre setembro e outubro no país."

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA GARANTE QUE TRABALHOS DE TAPA-BURACO SEGUEM CRONOGRAMA APESAR DAS CHUVAS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os trabalhos de tapa-buraco seguem um cronograma pré-estabelecido, tendo como objetivo a manutenção do sistema viário do **Distrito Industrial**. Nos meses de janeiro e fevereiro foram priorizadas, em função da idade e do grau de desgaste do pavimento, as vias do **Distrito Industrial** I e posteriormente as ruas do Distrito II, apesar do forte período de chuvas que vem prejudicando os serviços de pavimentação e provocando abertura de novos buracos a cada semana.

Mesmo com todas essas dificuldades, já foram executados só nos últimos dois meses serviços de tapa-buraco na BR-319, Av. Ministro Mário Andreazza, Av. Buriti, Rua Açai, Rua Iça, Rua Mogno, Rua Ipê, Rua Balata, Rua Gov. Danilo Areosa, Rua Javari, Rua Guaruba, Rua Abiurana e o trecho da

Av. dos Oitis, compreendido entre a bola do Armando Mendes e a Av. Buriti, onde a trafegabilidade é considerada boa.

Os serviços programados para o Distrito II, que estavam previstos para começar na primeira quinzena do mês de março, já foram iniciados no último dia 25 de fevereiro e o cronograma de obras segue sem atrasos.

	VEÍCULO AMAZÔNIA - BELEM - PA	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma anuncia mais cortes ao Orçamento; RO já perdeu R\$ 34,4 milhões e AC R\$ 105		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Palácio do Planalto não poupou nem os parlamentares que integram a base de apoio ao Governo Federal no Senado e Câmara Federal

Redação

A presidenta Dilma Rousseff anuncia nesta segunda-feira, dia 28, mais cortes de R\$ 30 bilhões ao Orçamento 2011, o que pode aumentar ainda mais a redução do volume de recursos destinados pelos parlamentares federais para Rondônia.

Na semana passada postei notícia informando que "Cortes no Orçamento atingem Rondônia em R\$ 34,4 milhões".

O Palácio do Planalto não poupou nem os parlamentares que integram a base de apoio ao Governo Federal no Senado e Câmara Federal.

Os vetos ao Orçamento 2011 atingiram 381 parlamentares, 23 bancadas estaduais e 2 comissões do Senado, nos valores, respectivamente, de R\$ 587,9 milhões, R\$ 1,22 bilhão e R\$ 59 milhões.

Ao todo, os vetos totalizaram R\$ 1,867 bilhão.

Da Ciência e Tecnologia Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - No Estado de Rondônia 500.000 Fundo Nacional de Cultura - Fomento a Projetos em Arte e Cultura - No Estado de Rondônia 1.000.000 AUTOR: Eduardo Valverde RO 600.000 Fundo Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Porto Velho - RO R\$ 100.000 Fundo Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Porto Velho - RO R\$ 500.000 AUTOR: Lindomar Garçon RO 500.000 M.

Da Ciência e Tecnologia Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - No Estado de Rondônia R\$ 500.000 AUTOR: Anselmo de Jesus RO 100.000 Fundo Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Porto Velho - RO R\$ 100.000 AUTOR: Bancada de Rondonia RO 20.846.037 Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Rondônia - SUFRAMA R\$ 20.846.037 AUTOR: Ernandes Amorim RO 440.000 Fundo

Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Rolim de Moura - RO R\$ 220.000 Fundo Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Ariquemes - RO R\$ 220.000 AUTOR: Fátima Cleide RO 200.000 - Fundo Nacional de Cultura Fomento a Projetos em Arte e Cultura - Porto Velho - RO R\$ 200.000 AUTOR: Marinha Raupp RO 3.550.000 FNAS Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia R\$ 550.000 Fundo Nacional de Cultura Instalação de Espaços Culturais - No Estado de Rondônia 3.000.000 AUTOR: Valdir Raupp RO 5.300.000 - FNAS 08.244.

Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia R\$ 300.000 - SUFRAMA Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - No Estado de Rondônia R\$ 5.000.000 O Estado do Acre, apesar de ter indicado o maior volume de recursos ao Orçamento 2011 em relação ao Estado de Rondônia, ficou no prejuízo de mais de R\$ 100 milhões.

A bancada acreana e cujo governo anterior era aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve cortes de R\$ 105 milhões.

Veja a seguir os valores que foram barrados pelo Governo Federal para o Acre: Autor: Bancada do Acre AC 97.665.388 M.

das Cidades Sistema de Resíduos Sólidos em Cruzeiro do Sul - AC - Apoio à Implantação de Aterro Sanitário e Aquisição de Equipamentos - Cruzeiro do Sul - AC 6.095.804 Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Aquisição de Equipamentos para Apoio ao Escoamento da Produção - No Estado do Acre SUFRAMA 19.215.036 Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Implantação de Infraestrutura na Zona de Processamento de Exportação do Acre - ZPE/AC - No Estado do Acre SUFRAMA 29.153.847 Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Aquisição de Equipamentos para o Escoamento da Produção Agrícola e

Florestal no Vale do Juruá - No Estado do Acre **SUFRAMA** 24.913.288 EMBRAPA - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa - Rio Branco - AC 11.661.539 Apoio a Projetos de **Desenvolvimento** na **Amazônia** Ocidental e áreas de Livre **Comércio** de Macapá e Santana - AP - Ampliação e Reforma de **Mercado** em Rio Branco - AC **SUFRAMA** 6.625.874 AUTOR: Fernando Melo AC 1.800.000 Fundo Nacional de Cultura - Fomento a Projetos em Arte e Cultura - No Estado do Acre 200.000 EMBRAPA - Transferência de Tecnologia para a Inserção Social - No Estado do Acre 500.000 EMBRAPA - Transferência de Tecnologia para o **Desenvolvimento** do Agronegócio - Cruz das Almas - BA 100.000 EMBRAPA - Ampliação e Revitalização da Infra-Estrutura Física das Unidades da Embrapa - Cruz das Almas - BA 800.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - Rio Branco - AC 200.000 AUTOR: Gladson Cameli AC 200.000 M.

da Ciência e Tecnologia - Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital - Rio Branco - AC 200.000 AUTOR: Ilderlei Cordeiro AC 150.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial

- Cruzeiro do Sul - AC 150.000 AUTOR: Marina Silva AC 1.200.000 Instituto Chico Mendes - Construção do Edifício-Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Brasília - DF 100.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - Rio Branco - AC 600.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - Rio Branco - AC 500.000 Perpétua Almeida AC 4.200.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Acre 150.000 Fundo Nacional de Cultura - Fomento a Projetos em Arte e Cultura - No Estado do Acre 200.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial - No Estado do Acre 700.000 FNAS - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Acre 150.000 **SUFRAMA** - Apoio a Projetos de **Desenvolvimento** na **Amazônia** Ocidental e áreas de Livre **Comércio** de Macapá e Santana - AP - Rio Branco - AC 3.000.000 AUTOR: Sergio Petecão AC 200.000 EMBRAPA - Transferência de Tecnologia para a Inserção Social - No Estado do Acre 200.000